



COMISSÃO DE BACIA DO CBH ITAÚNAS

1

MINUTA DA ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE BACIA DO CBH ITAÚNAS

Data: 12/11/2024	Local: REBIO Córrego Grande
Início previsto: 09:00h	Término previsto: 12:00h
ORDEM DO DIA: <ol style="list-style-type: none">1. Verificação de quórum;2. Leitura e Aprovação das Atas;3. Apreciação e Deliberação do Calendário de 2025;4. Apreciação e Deliberação do Plano de Trabalho para 2025;5. Apresentação da Resolução 0002/2016 e posse da representação Quilombola à cadeia do segmento sociedade civil do CBH Itaúnas;6. Apreciação e Deliberação da Moção Pela efetivação e Fortalecimento da Política Estadual de Recursos Hídricos;7. Apresentação e Apreciação da Reserva Biológica Córrego Grande;8. Assuntos Gerais.	

2 Representante do Poder Público:

- 3 ➤ Aurikson Correa – Prefeitura Municipal de Conceição da Barra
- 4 ➤ Elder Chagas de Sá – Prodnort
- 5 ➤ Fabio Osollins – ICMBIO - Presente
- 6 ➤ Gustavo Adolfo Braga da Rosa – Instituto Estadual de Meio Ambiente - Presente
- 7 ➤ Joice Alvez Pereira Cunha – Prefeitura Municipal de Mucurici
- 8 ➤ José Fabiano Gonçalves Mardegan – Prefeitura Municipal de Boa Esperança
- 9 ➤ Kelly Furtado de Araújo - Prefeitura Municipal de Pinheiros
- 10 ➤ Joney Fernandes Farias – Prefeitura Municipal de Pedro Canário - Presente

11 Representante Usuários:

- 12 ➤ Delvid dos Santos Pereira – SUZANO
- 13 ➤ Deysi Silva Correa – CESAN - Presente
- 14 ➤ Érico Patrício Orletti – Sindicato Rural de Pinheiros – Presente (online)
- 15 ➤ Edna Maria S. de Souza – Placas do Brasil - Presente
- 16 ➤ Kleilson Rezende – Sindicato Patronal
- 17 ➤ Paulo César Souza Santiago – Companhia de Alcool Conceição da Barra (ALCON) - Presente
- 18 ➤ Rodrigo Araújo – Associação Agricultura Forte
- 19 ➤ Abdias Santana – ASSIPES - Associação dos Irrigantes do Estado do Esp. Santo - Presente
- 20 (online)

21 Representante Sociedade Civil:

- 22 ➤ Eleandro Reis Konoski – Mepes – Efa de Pinheiros (ES)



- 23 ➤ Cecília D. Marcondes – SAPI – Sociedade Amigos por Itaúnas - **Presente**
- 24 ➤ Ronaldo Feliciano dos Santos – Associação Canários das Senzalas
- 25 ➤ Soliane Oliveira Souza – Mitra Diocesana de São Mateus – Paróquia de Pinheiros - **Presente**

26 **Representante Institucional:**

- 27 ➤ Felipe Dutra Brandão - AGERH - **Presente**

28 **Convidados:**

- 29 ➤ Thiago Orletti – **Presente (online)**
- 30 ➤ Mauricio Scalon – **Presente (online)**
- 31 ➤ Ana Eloisa Sorriha – **Presente (online)**

32 Aos doze dias de mês de novembro de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta e oito minutos,
33 reuniram-se os membros do CBH Itaúnas para reunião ordinária na sede da Reserva Biológica do
34 Córrego Grande. A Presidente do Comitê, sra. Soliane Souza, faz abertura da reunião, e procede à
35 verificação de quórum, que é o ponto de pauta 1, e constata que há quórum. Em seguida, ela passa
36 a palavra para o sr. Mauricio Scalon, atual coordenador do Fórum Nacional de Comitês de Bacias
37 Hidrográficas (FNCBH) para falar sobre o ponto de pauta 6. Ele fez uma fala sobre a sua entrada na
38 coordenação do Fórum, algumas alterações que foram realizadas em sua gestão, como o sítio
39 eletrônico do FNCBH que foi reformulado, falou sobre a questão do PL 4546, em discussão no
40 Congresso Nacional que propõe algumas alterações preocupantes na Lei 9433/97; explanou sobre
41 Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho do FNCBH e também fez uma fala sobre o Encontro
42 Estadual de Comitês de Bacias (ECOB), realizado entre os dias 6 e 7 de novembro de 2024, o qual,
43 segundo ele, teve discussões importantes. Sobre o assunto cobrança pelo uso de recursos hídricos,
44 objeto da moção do ponto de pauta 6, o sr. Mauricio falou que o Instrumento é fundamental para
45 a consecução de projetos para os Comitês, com a finalidade de melhoria da qualidade e da
46 quantidade das águas. Sobre a proposta de Decreto Estadual que pretende implementar a cobrança,
47 ele exemplificou sobre o caso do estado de Minas Gerais, que previamente ao decreto, apenas 10
48 dos 35 possuíam o Instrumento implementado; após o decreto, todos os CBHs têm cobrança
49 implementada. O sr. Mauricio Scalon comentou que a função do Ministério Público (MP) é a
50 promoção da lei e que uma iniciativa do MP não vai tirar direitos do Comitê previstos em lei; assim,
51 ele afirma que o Comitê vai poder discutir, sim, o tema, com a definição de metodologia e valores,
52 para aprovação posterior no Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH). Segundo ele, não
53 haveria necessidade de projeto de lei. O sr. Erico Orletti fala que, caso seja implantado no estado
54 uma réplica do decreto de Minas Gerais, ele estaria contemplado. Ele afirma, ainda, que não é
55 contra a cobrança, mas é a favor que a discussão ocorra dentro dos Comitês. O sr. Mauricio
56 complementa sua fala dizendo que a moção possui partes que não seriam necessárias e sugere que



57 o Comitê faça um novo texto para moção. Ele finaliza dizendo que o MP é parceiro dos Comitês no
58 sentido de que não sejam retirados os seus direitos. Posteriormente, a sra. Soliane Souza faz
59 apresentação do sr. Felipe Brandão, que é o novo representante institucional da Agerh no Comitê,
60 e da sra. Ana Eloisa Sorrilha, coordenadora geral do Fórum Capixaba de Comitês de Bacias
61 Hidrográficas (FCCBH). Partindo para o ponto de pauta 2, a sra. Soliane Souza faz leitura da ata da
62 reunião ordinária de 13/08/2024, a qual foi aprovada por unanimidade com a ressalva de se inserir
63 o número da lei que trata da vaga reservada para as comunidades quilombolas nos CBHs. No ponto
64 de pauta 3, a presidente Soliane apresenta a proposta de calendário de reuniões do Comitê para
65 2025, com as datas, e solicita aos membros que dêem sugestão dos locais de realização das reuniões
66 presenciais. Por algumas divergências no estabelecimento das datas, houve votação, ficando
67 aprovado o calendário de reuniões da seguinte forma: 11/02, reunião no Parque Estadual de
68 Itaúnas; 13/05 no município de Montanha; 12/08, na REBIO Córrego do Veado; e 11/11, em Pedro
69 Canário. No ponto de pauta 4, a presidente Soliane Souza faz a leitura do documento com as ações
70 do Plano de Trabalho previstas para 2025 e solicita contribuições dos demais. Houve debate sobre
71 o Plano de Trabalho para as Câmaras Técnicas e ficou encaminhado que na próxima reunião
72 ordinária, a ser realizada em fevereiro, deverá ser pautada a recomposição das Câmaras Técnicas
73 de Cobrança, Acompanhamento do Plano e do Grupo de Trabalho de Restauração Florestal e de
74 Educação Ambiental, uma vez que muitos dos membros das Câmaras Técnicas e dos Grupos de
75 Trabalho não estão mais no Comitê. No ponto de pauta 5, a representante da comunidade
76 quilombola não estava presente na reunião, não ocorrendo, portanto, sua posse. Após debate, ficou
77 decidido que deveria ser procurada a lei que determina que há cadeira reservada para comunidades
78 quilombolas. No ponto de pauta 6, houve amplo debate sobre a moção proposta. O sr. Erico
79 apresenta o documento, explicando que a moção consiste em um desdobramento do evento de
80 capacitação da Agricultura (SENAR) ocorrido nos dias 04 e 05 de novembro de 2024 em Vitória, que
81 o documento busca respeitar o Comitê. Segundo ele, há um decreto já finalizado que pretende
82 regulamentar a cobrança pelo uso da água e que iria para a PGE (Procuradoria Geral do Estado) sem
83 ser debatido com os CBHs; assim, o objetivo da moção, segundo ele, seria o de preservar a
84 autonomia dos CBHs. O sr. Erico argumenta que, mesmo após a fala do sr. Mauricio Scalón, ele
85 estaria temerário com o conteúdo deste decreto. Com a palavra, a sra. Daisy Correa (CESAN)
86 argumenta que o documento não teria "a cara" do Comitê; que há uma menção no documento
87 dizendo que o mesmo seria uma demanda dos usuários de água e ela questiona quais usuários, pois
88 a sua instituição não participou do processo de elaboração da moção. Segundo a sra. Daisy, para
89 fazer uma moção é necessário haver uma introdução e justificativa, de forma que haja uma história
90 a contar que justifique esta manifestação do Comitê. Ainda com a palavra, a sra. Daisy questiona



91 que o documento não estabelece para quem será direcionada a moção, quem irá assinar e quem se
92 reuniu para elaborá-la. A sra. Daisy diz que, em sua opinião, é complicado deliberar sobre esta
93 moção, afirmando que seria necessário debater mais sobre o assunto. A sra. Soliane esclarece que
94 ela fez o cabeçalho do documento em comparação ao que havia sido enviado por e-mail e diz que
95 entendeu os anseios da Assipes e, por isso, trouxe o documento para a pauta da reunião do Comitê.
96 A sra. Daisy então pontua que poderia haver um conflito de interesses uma vez que a Presidente do
97 Comitê representa uma entidade da Sociedade Civil no Comitê, porém também é funcionária da
98 Assipes. A sra. Daisy também questiona o fato de que as Deliberações da Plenária não são *ad*
99 *referendum*, assim, segundo ela, deve-se decidir o que é encaminhado pelo Comitê, fazendo
100 menção a uma fala da empresa Nestlé durante o Encontro Estadual de Comitês de Bacia Hidrográfica
101 (ECOB) sobre ações na bacia do Itaúnas; segundo Daisy, haveria ações da própria CESAN e de outras
102 instituições membros do Comitê que poderiam fazer essa apresentação. O sr. Erico diz que a
103 apresentação da Nestlé sobre um projeto de reflorestamento foi uma solicitação feita pela Assipes
104 à organização do ECOB. A sra. Soliane diz que sua função na Assipes não se mistura com o trabalho
105 dentro do Comitê. A sra. Ana Eloisa, coordenadora geral do FCCBH, também esclarece sobre a
106 participação da Nestlé na programação do ECOB e esclarece que caso a moção seja aprovada no
107 Comitê, ela será encaminhada para o FCCBH. A sra. Ana Eloisa fala também sobre o Termo de
108 Compromisso Ambiental (TCA), firmado entre Ministério Público, AGERH e SEAMA sobre o tema
109 cobrança e que o FCCBH tem discutido sobre o documento. O sr. Jonei solicita que o envio de
110 documentos pelo Comitê seja feito com tempo hábil para análise dos membros e questiona o papel
111 das instituições do Estado no Comitê. O sr. Erico afirma que a intenção da moção é resguardar o
112 Comitê e diz que neste momento não é tão importante se ela será aprovada ou não nesta reunião.
113 A sra. Daisy afirma que tem interesse em saber se haverá cobrança pelo uso da água e quando terá
114 início, pois a CESAN precisa de previsibilidade para aporte de recursos destinados a esta finalidade.
115 O sr. Felipe Brandão (AGERH) afirma que, sobre a moção, é importante observar o prazo para
116 análise, pois ela foi enviada aos membros no sábado para a reunião que é realizada hoje (terça-
117 feira). Ele comenta que também achou, assim como a sra. Ana Eloisa e a sra. Daisy, que o primeiro
118 texto estava um pouco confuso. Ainda com a palavra, o sr. Felipe diz que acredita que, caso o Comitê
119 queira fazer uma moção, deve fazê-lo a partir de uma discussão que surja dentro do Comitê. Sobre
120 o questionamento do sr. Jonei, o sr. Felipe Brandão afirma que seu papel no Comitê enquanto
121 representante da Agerh é o de prestar apoio técnico ao CBH, e que por não ser membro, a Agerh
122 não tem direito a voto. A sra. Deisy sugere que seja enviado um ofício para a Agerh, solicitando um
123 cronograma para discussão sobre a cobrança. O sr. Abdias esclarece que, durante o evento do
124 SENAR, houve orientação para enviar a moção para o CBH Itaúnas e que a intenção do documento



CBH ITAÚNAS

era resguardar o papel do Comitê. O Sr. Thiago Orletti afirma que no processo de discussão da cobrança, o CBH Itaúnas não está omissa, que ele está trabalhando no assunto. Após algum debate sobre a moção e os possíveis encaminhamentos, o sr. Gustavo sugere um encaminhamento com votação nas seguintes propostas surgidas até então: 1) abandonar a moção; 2) aprovação da moção como está; 3) discutir um novo texto para moção. Além disso, ele sugere também a votação para aprovação do envio de um ofício para a Agerh solicitando um cronograma de discussão da cobrança pelo uso da água, conforme sugerido pela sra. Deisy. Em regime de votação, a maioria dos presentes aprova o item 3 – discutir um novo texto para a moção e incluir na pauta de uma reunião extraordinária a ser realizada em aproximadamente 15 dias. Foi aprovada também o envio do ofício para a Agerh, e também para o FCCBH e para o Ministério Público. A reunião extraordinária ficou pré-agendada para a data de 26 de novembro de 2024. Sobre o ponto de pauta 7, não houve apresentação, dado o avançar da hora. A sra. Soliane ainda faz uma fala sobre a importância da participação das instituições nas reuniões do Comitê para haver continuidade nos debates. Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lavrada por mim, Felipe Brandão, em apoio à Secretaria Executiva do Comitê e será assinada pela Presidente do Comitê.

Soliane Oliveira

Presidente